

**XIX EDIÇÃO DO CURSO AVANÇADO EM ESTUDOS ÉTNICO-
RACIAIS – FÁBRICA DE IDEIAS: relato de experiência**

**XIX EDITION OF THE ADVANCED COURSE IN ETHNIC-RACIAL
STUDIES – FACTORY OF IDEAS: experience Report**

**XIX EDICIÓN DEL CURSO AVANZADO EN ESTUDIOS ÉTNICO-
RACIALES – FÁBRICA DE IDEAS: relato de experiencia**

Alberto Abad

Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira da Universidade Federal do Amapá – PPGEF/UNIFAP. Professor de Psicologia na Universidade CUT (México) e Universidad del Desarrollo Profesional (México).
alpabad@hotmail.com

Recebido para avaliação em 17/07/2018; Aceito para publicação em 28/12/2018.

RESUMO

Sendo as fronteiras o elemento nuclear da geopolítica, têm-se tornado espaços privilegiados nos processos de cooperação e integração regional. O conceito de fronteira pode ser analisado desde diferentes perspectivas: política, territorial, étnica, linguística, de gênero ou de orientação sexual. Destarte, o presente Relato de Experiência tem como objetivo descrever a XIX edição do Curso Avançado em Estudos Étnico-Raciais – Fábrica de Ideias, ocorrido do dia 04 ao 15 de julho de 2018 na cidade de Macapá, no intuito de difundir seus resultados, gerar reflexões e discussões posteriores e contribuir com o desenvolvimento dos estudos de fronteira. A metodologia utilizada foi de tipo exploratório apoiada em uma pesquisa bibliográfica. Como principal resultado da pesquisa encontrou-se a importância de repensar a noção de fronteira com base nas suas diferentes dimensões.

Palavras-chave: Fábrica de Ideias; Fronteira Franco-brasileira; Estudos Étnico-raciais.

ABSTRACT

Borders as the core element of geopolitics, they have become privileged spaces in the processes of regional cooperation and integration. The concept of frontier can be analyzed from different perspectives: political, territorial, ethnic, linguistic, gender or sexual orientation. Thus, the present Experience Report aims to describe the XIX edition of the Advanced Course in Ethnic-Racial Studies occurred from July 4 to 15, 2018 in Macapá city, Brazil, to disseminate its results, generate reflections and discussions and contribute to the development of frontier studies. The methodology used was an exploratory type supported in a bibliographical research. The main result of the research was the importance of rethinking the notion of frontier based on its different dimensions.

Keywords: Advanced Course in Ethnic-Racial Studies; Franco-Brazilian border.

RESUMEN

Las fronteras, como elemento nuclear de la geopolítica, son espacios privilegiados en los procesos de cooperación regional. El concepto de frontera puede ser analizado desde diferentes perspectivas: política, territorial, étnica, lingüística o de género. El presente Relato de Experiencia tiene como objetivo describir la XIX edición del Curso Avanzado en Estudios Étnico-Raciales (Fábrica de

Ideas) ocurrido del 04 al 15 de julio de 2018 en la ciudad de Macapá para difundir sus resultados, generar reflexiones y contribuir con el desarrollo de estudios de frontera. La metodología utilizada fue de tipo exploratorio apoyada en una investigación bibliográfica. Como principal resultado se encontró la importancia de repensar la noción de frontera con base en sus diferentes dimensiones.

Palabras clave: Fábrica de Ideas; Frontera Franco-brasileña; Estudios Étnico-raciales.

INTRODUÇÃO

Em sua XIX edição, na cidade de Macapá/AP, acontecida entre os dias 04 e 15 de julho de 2018, o curso doutoral avançado em estudos étnico-raciais (Fábrica de Ideias) congregou professores e pós-graduandos – nacionais e estrangeiros – em atividades intensivas que incluíram: grupos de estudo, discussão de projetos, seminários temáticos e palestras públicas. No evento, contou-se com o apoio da Capes e do Governo do Estado do Amapá; e a parceria entre o Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (Pósafro-UFBA), com os programas da Universidade Federal do Amapá: em Educação (PPGEEd) e em Estudos de Fronteira (PPGEF). Adicionalmente participaram do evento diferentes núcleos de pesquisa: Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da UNIFAP; Programa de Pós-graduação em Antropologia da UFBA; Programa em Pós-graduação em Ciências Sociais e o Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). O tema selecionado para a edição 2018 foi “Territórios, Mobilidade e Fronteiras”, contando com a participação adicional das universidades: Universiteit Anton de Kom (Paramarimbo, Suriname); University of West Indies (Georgetown, Guiana); Centre Nationale de Recherche Scientifique/Guyane (Guiana Francesa); e Colégio de la Frontera Norte (Tijuana/México).

O evento contou com a presença de conferencistas nacionais e internacionais e com 45 pós-graduandos no intuito de: participar dos debates em temas sobre gênero, xenofobia, racismo, equidade, desigualdade, mobilidade fronteiras e cultura; e desenvolver seus programas de pós-graduação – impulsionando-os internacionalmente.

ATIVIDADES PROGRAMADAS

O primeiro dia iniciou com um problema logístico ao amanhecer, qual seja, o ônibus da UEAP que transportaria os “fabricantes” e palestrantes à UNIFAP estava quebrado, sendo resolvido pela equipe de monitores que transportaram os participantes em

carros privados. Já todos em campus, apresentou-se o comitê organizador no evento de abertura, posteriormente, a primeira palestra foi feita pelo Professor Dr. Jack Menke da Universidade Anton de Kom/Suriname, com o tema: “Mobilidade transfronteiriça, etnicidade e diversidade: Suriname entre a Guiana Francesa e Brasil”. Nela, o professor fez uma breve sinopse da diversidade e interculturalidade do país com base na história e primeiras colonizações; comentou que o nome de Suriname é alicerçado no grupo indígena Surinen – o escudo nacional assinala esses povos originais de América do Sul. A região foi colonizada pelos portugueses, ingleses e holandeses. De tal modo, a história colonial de Suriname se caracteriza pelo trabalho de escravos, negros e imigrantes com contato com países asiáticos como Indonésia, Índia e China.

Durante a palestra apresentaram-se vídeos dos diferentes grupos chimarrões e indígenas como os Sranantongo e Aukanisi – grupo de quilombolas na fronteira com Guiana Francesa; e escutaram-se diálogos nas línguas faladas na região – Hakka, Sarnami Hindostani, Surinaams Jaavans, Kantonees, Mandaryjn, etc. O catedrático comentou sobre o tema das políticas coloniais de segregação e separação ao tomar em conta que a população de Suriname está formada principalmente por índios orientais, javaneses, crioulos e chimarrões – a praça Kodjo, Mentor e Present, em memória aos três heróis escravos, representa as diferenças de opinião entre índios orientais, crioulos e descendentes de chimarrões. Finalmente *a la kondre dron* é um exemplo de criação de nação baseada com respeito mútuo à diversidade com base numa colaboração harmoniosa entre os grupos indígenas, reconhecendo os direitos humanos de todos.

A sessão da tarde foi muito interessante: o doutor Omar Thomaz, Professor do Departamento de Antropologia da Universidade Estadual de Campinas – vinculado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, ao Programa de Pós-graduação em História e ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais – iniciou com uma análise dos conceitos de fronteira que originalmente surgem das diferentes disciplinas como a geografia, sociologia e história. Nesse sentido, as fronteiras foram consideradas como naturais, porém, desde a perspectiva de Bourdieu, são construções atreladas ao conceito de Estado-Nação – apreciação de fronteira que na atualidade está sendo discutida.

A palestra continuou com um olhar da sociologia da religião que, segundo o professor, estava-se trabalhando como uma fronteira fixa, numa noção de fronteira religiosa Weberiana – fronteiras fixas e limitativas entre a Umbanda, Catolicismo, Candomblé e assim sucessivamente. Porém, desde a perspectiva de trânsito entre religiões, as fronteiras seriam de tipo poroso devido a que seus integrantes não fazem uma conversão

completa ou definitiva no trânsito entre religiões; de fato, trazem consigo as entidades da sua antiga tradição – caboclos, pomba-gira, preto-velho, orixás. Neste sentido, Igor Kopytoff (1989), nos faz pensar em diferentes elementos que se baseiam na autonomia histórica da África.

Existe a ideia de que os estados africanos se originaram em uma espécie de mimese dos estados europeus, contudo, as fronteiras na África deram errado porque foram arbitrárias e anularam a própria gênese africana no seu processo de constituição. O autor apresenta um modelo interpretativo da natureza estrutural da formação das sociedades africanas: Os grupos deixam as suas comunidades para trasladar-se nas fronteiras no intuito de reproduzir as suas comunidades de origem, organização social e cultural – as pessoas ao trasladar-se levam consigo objetos e representações sociais. Assim, existe uma percepção social dos que são de fora e os que são de “dentro” e, a partir dessas noções de autoctonia, se cria um processo associado ao tema de direitos e da constituição da hierarquia entre *senior* e *joven*. Kopytoff também trabalha com a ideia de ancestralidade – uma percepção da fronteira entre os vivos e os mortos. Os ancestrais se fazem presentes no cotidiano das sociedades – em Moçambique – inclusive, a influência dos ancestrais e as crenças sobre os mortos teve um papel fundamental na construção do processo da paz. A presença dos ancestrais nesse sentido é ativa, se interpenetra com a realidade. Os habitantes da África não reconhecem as fronteiras como limite, avançam, cruzam, traspassam. Desta maneira, a Europa pode ser repensada como uma fronteira desde o olhar africano, o que representa um grande desafio.

Durante o evento, os grupos de trabalho foram divididos em sete áreas: Territorialidade quilombola e direitos; Território, disputas e conflitos; Estado, Territórios e fronteiras; Territórios e fronteiras do contemporâneo: interseccionalidades de raça, gênero e sexualidade; Migração e direito a refúgio; História da África, da Diáspora e suas representações; e o grupo de trabalho do autor desse Relato de Experiência que foi “Propostas para uma pedagogia decolonial e antirracista”. À vista disso, a primeira apresentação de projetos, da área, foi “Atura ou Surta!: articulações entre raça, gênero e sexualidade na ação política do movimento universitário” pela doutoranda Stephanie Pereira de Lima da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que objetivou “colaborar para a compreensão de formas recentes de organização e articulação de sujeitos políticos nas ações coletivas, tomando como lócus privilegiado de observação dessas mudanças o movimento constituído por coletivos universitários de diversidade sexual e de gênero e negros, com foco especial em como a questão racial está sendo articulada nesses

contextos”.

No segundo dia, o Professor Jack Menke concluiu a sua apresentação. Nela comentou seu artigo *Mobility of Maroon People between Suriname and French Guiana: The Challenge of Assimilation, Autonomy and Diversity*, onde explica que:

Primeiro, na Guiana Francesa os crioulos é uma minoria que domina o cenário político. Na Suriname, todos os grupos étnicos são demograficamente minoritários: pelas primeiras eleições gerais várias coalisões representaram diferentes grupos. Segundo, na Guiana Francesa os novos migrantes são demograficamente maioria, o que não acontece em Suriname. Terceiro, os migrantes que migraram de Suriname à Guiana Francesa desde os anos 80 são mais familiares com as ideologias da diversidade, o que não é o caso dos crioulos e outras pessoas locais da Guiana Francesa que foram socializadas com a ideologia da assimilação (MENKE, 2016, p. 74).

De fato, um efeito da migração é o enfraquecimento da hegemonia dos crioulos, que eram politicamente dominantes ao converter-se numa minoria. Finalmente, na série de perguntas e respostas, o autor do presente relato de experiência questionou ao palestrante no relativo à mobilidade de estudantes com indicadores em Altas Habilidades/Superdotação e talentosos na região das guianas. O doutor respondeu que, na Guiana Francesa e Suriname, migram para os Estados Unidos, Canadá e França, mas a mobilidade é ainda maior na Suriname, onde podem chegar aos 90% de estudantes que vão para Holanda.

Pela tarde apresentou-se o projeto de Guilherme Oliveira “Políticas da Diversidade: Uma Análise sobre o Surgimento e as Configurações dos Coletivos de Estudantes Negros no Ensino Superior Brasileiro”, do Programa de Pós-graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de “compreender as configurações de três coletivos negros: Coletivo de Estudantes Negros da Universidade Federal Fluminense (UFF), o Coletivo Denegrir (UERJ) e o Coletivo Nuvem Negra da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio)”.

Posteriormente foi o turno do mestrando Alberto Abad, que apresentou sua pesquisa “Mobilidade. Viabilidade de implementação de um Polo de Atendimento às Altas Habilidades/Superdotação e talento na fronteira Franco-Brasileira”, que objetiva analisar a mobilidade de pessoas com indicadores de Altas Habilidades/Superdotação na fronteira franco-brasileira e a viabilidade de implementação de um Polo de Atendimento às AH/SD e Talento (PAAH/ST) no município de Oiapoque. A base teórica adotada para alicerçar a pesquisa foi o Modelo de desenvolvimento das Altas Capacidades e do Talento de François Gagné, a Teoria da Desintegração Positiva de Kazimierz Dabrowski e a Teoria

do Intercâmbio Desigual de Arghiri Emmanuel. A metodologia utilizada está alicerçada numa perspectiva Interdisciplinar de tipo exploratória e explicativa com uma abordagem mista, quantitativa-qualitativa.

A palestra de noite foi feita Prof. Dr. João Manuel de Oliveira (UFSC/ISCTE-IUL, Portugal), objetivando cartografar as potencialidades e as subversões que a ideia de fronteiras porosas coloca ao gênero, nomeadamente na articulação com o trabalho de Donna Haraway. Aprofundando essa ideia em relação às práticas artísticas e suas possibilidades de repensar projetos de gênero.

Na sexta feira, por motivos do jogo de futebol entre Brasil e Bélgica, a organização do evento teve mudanças. Pela manhã continuou sua palestra o doutor Omar Thomaz, que inicialmente abordou o tema dos discursos e narrativas anti-Haiti dos Estados Unidos – Vargas Llosa¹ escreve sobre a vida política do militar e ditador Trujillo (anos 30), período decisivo para entender a história contemporânea dominicana exemplificada a partir das conversas entre Trujillo e Perón.

O palestrante comentou que a massacre de outubro 1937 foi um modo de imposição de uma nação. Trujillo preocupado pela “quantidade de haitianos na fronteira entre Haiti e República Dominicana” – fronteira que na época estava pouco clara – ordena o massacre das haitianas e dos haitianos que moravam nesse lugar. A partir desse momento, a fronteira foi rodeada de tropas militares que massacraram com facões cerca de 15,000 haitianos – fato conhecido como *la massacre del perejil*² – contudo, dentre esses haitianos também moravam muitos dominicanos³ que foram massacrados da mesma forma. A partir desse momento se consolida a ditadura de Trujillo. O anti-haitinismo dominicano contém uma base racial importante, um relato de racismo contra Haiti – “você deve ter cuidado com os haitianos... porque eles são negros!”

Antes da revolução, República Dominicana (espanhola) dependia da parte francesa, porque esta possuía um *know how*, com produção de café e cacau. A parte espanhola, portanto, possuía uma economia subsidiada da primeira. As diferenças eram evidentes: quando Haiti nasce como país, começa a existir forte, com uma economia com alicerces numa mão de obra camponesa agrícola que tinha introduzido dois produtos importantes no mercado internacional: o cacau e o café. Nesse sentido, é falsa a cognição social de muitos franceses que consideram Haiti em crise desde o momento da sua revolução – por

¹ Novela *La Fiesta del Chivo* de Mario Vargas Llosa que retrata o assassinato do ditador da República Dominicana Rafael Trujillo, refletindo sobre a ditadura em República Dominicana.

² Devido a que os haitianos não podiam pronunciar a palavra “perejil” corretamente eram identificados.

³ A partir desse fato, só foram considerados dominicanos aqueles que pudessem comprovar origens no país até 1928, ficando muitas pessoas apátridas.

contraste, no lado dominicano existiam ainda muitos escravos e uma estrutura burocrática anacrônica. A oposição entre Haiti e República Dominicana é uma construção feita ao longo do tempo – o massacre deve ser visto como um ataque em grande proporção de um Estado contra uma comunidade racial, contra um mundo de fronteira.

O Estado-nação pode ser impiedoso com as populações da fronteira, com a existência de uma cultura, de uma etnia e suas costumes, as quais, em contrapartida, estão colocando em xeque o conceito de Estado-nação – existe uma migração haitiana motivada pelas terras dominicanas: uma população binacional, multicultural e bilíngue na faixa interfronteiriça – o massacre de 1937 é uma apologia do que um Estado pode fazer, como pode aniquilar um povo – desejo de uma elite dominicana de acabar com esse mundo de fronteira. Neste sentido, este espaço tem elementos de ficção baseados em cognições e representações sociais construídas pela capital, criando assim uma percepção de fronteira – a visão da capital é levada à fronteira.

Existe entre Haiti e República Dominicana uma fronteira moral: as mulheres dominicanas são observadas como prostitutas no Haiti, e as mulheres haitianas, são enxergadas pelos dominicanos como boas para se casar com elas porque “vão cuidar da casa e dos filhos”. François Duvalier cercou seu governo em torno de uma série de práticas vodu, mantendo assim as forças misteriosas que o converteram em indestrutível aos olhos do povo.

No sábado, 07 de julho, houve uma mudança nos planos originais e trasladaram as palestras ao hotel em que estavam hospedados os participantes. Pela manhã, a Comissão Científica da XIX Fábrica de Ideias teve uma atividade reservada, ao término da qual iniciou a palestra de Artionka Capiberibe, denominada “Fronteiras, Identidades, Etnicidade e Cultura”, objetivando analisar na concepção da antropologia, a ideia de fronteira para pensar concepções como cultura e identidade.

No domingo foi o turno do doutor Marcelo Moura, que na sua comunicação argumentou que as abordagens sobre soberania política e territorial são beneficiadas de reflexões das práticas de humanos que coabitam com potências outras que não-humanas. Assim sendo, descreveu as relações de posse e dominação entre indianos e espíritos de colonizadores holandeses na Guiana, objetivando “demonstrar que viver com forças não-humanas implica aprender a como viver com elas, incluindo como incorporar outros poderes no âmbito doméstico e familiar. Práticas de coabitação com não-humanos colocam em xeque dicotomias como sujeito e objeto, presente e passado, proprietário e propriedade, dominação e sujeição.

Na segunda-feira, teve outra mudança de última hora no local das palestras, sendo o anfiteatro da UNIFAP onde seriam doravante apresentadas. Isto posto, a primeira participação foi a cargo de Stéphane Granger, doutor em geografia e pesquisador associado ao OHM-Oyapock (CNRS), Caiena, Guiana Francesa. Denominada “Entre interface e continentalização, a situação migratória na Guiana Francesa” teve o objetivo de mostrar como as migrações fronteiriças permitiram, e depois atrapalharam, o reposicionamento da Guiana Francesa como território sul-americano.

A primeira parte da apresentação foi relativa à análise da região francesa e europeia dentro de um mundo em integração. A Guiana Francesa (GF) como território atípico, até os anos 60, foi esquecido das pesquisas científicas em ciências humanas – porém, na tese de Mam Lam Fouck (1996) analisa-se a relação da França e a sua identidade antropológica. A partir da década de 90 começaram a aparecer pesquisas sobre integração regional, fronteiras e imigração na região. Na atualidade a ponte binacional desperta interesse de pesquisadores estrangeiros. Se pesquisam assuntos mais virados para um estudo da GF não só como território próprio, mas na sua integração regional.

A GF é uma coletividade ultramarina da França e uma região ultraperiférica da União Europeia (UE), em vista disso, recebe uma parte da verba da UE para resolver suas demandas – inclusive, a UE iniciou um projeto de integração fronteiriça entre GF e Suriname. Porém, a região se tornou um território isolado na América do Sul pela sua não participação na CARICOM, e pelas dificuldades nas suas ligações rodoviárias e aéreas. Outro fator que pode ser adicionado é de tipo econômico, ao depender da produção da França para seus produtos básicos.

Os indicadores regionais de Desenvolvimento Humano (IDH) são maiores na GF, motivo que a converte em uma região interface de mobilidade humana com fluxos desde Brasil, Suriname, Haiti e República Dominicana, e com uma imigração clandestina-ilícita importante. 37% da população da GF é estrangeira; desse total, 33% tem sua origem na Suriname; 28% no Brasil; e 24% Haiti.

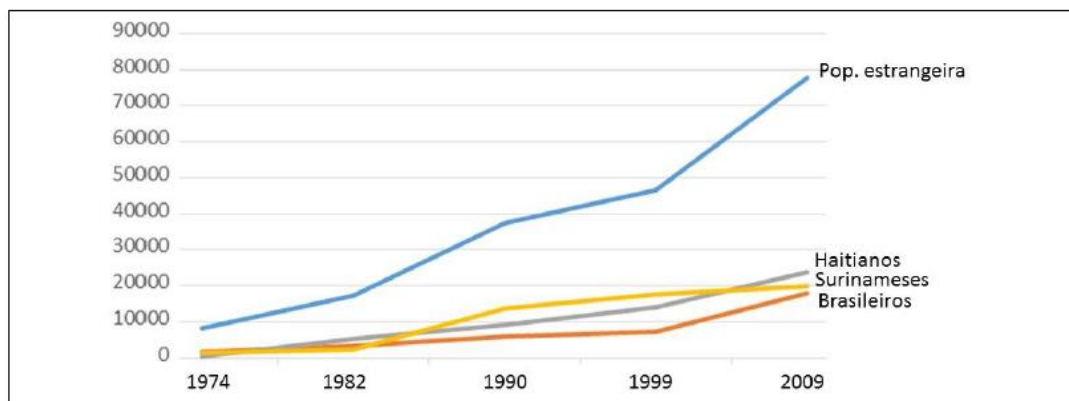


Figura 1 – Fluxos migratórios a Guiana Francesa
Fonte: GRANGER, Stéphane. XIX Fábrica de Ideias, 2018.

Calcula-se entre 20,000 e 25,000 brasileiros morando na GF, porém não são dados oficiais, devido que existem estimativas informais de até 40,000 brasileiros na região de GF. A migração brasileira no mundo está orientada aos Estados Unidos, Canadá, Portugal, França e Inglaterra. Na fronteira do rio Oiapoque existem fluxos cada vez mais diversos: brasileiros (principalmente garimpeiros), peruanos, haitianos, africanos e marroquinos, todos passados pelo Brasil – inclusive, sírios refugiados no Brasil e agora venezuelanos.

O impacto da migração brasileira na GF influenciou nos fluxos econômicos (brasileiros que enviam dinheiro a seu país). Por outro lado, converte a região em um espaço de confrontação porque exploram recursos da França de forma ilegal e contribuem no desgaste ambiental, criando complicações na soberania francesa.

A partir da necessidade brasileira de mão de obra para a Copa do Mundo (2014) e para as Olimpíadas (2016), muitos haitianos ingressaram no país para posteriormente pedir asilo na GF com base em que esse país não pode expulsar os pedidos de asilo político. Antigamente, o prazo era de dois anos para resolver a documentação, tempo que os solicitantes recebiam apoio econômico da França – na atualidade o tempo tem sido reduzido a dois meses, quando o presidente Emmanuel Macron visitou a GF.

Posteriormente, o pesquisador conversou sobre a continentalização que pode ser definida como o fato da GF integrar-se cada vez mais em esquemas de cooperação regional, dentre eles: acordos com Amapá (1996); OTCA (2004); POA (2008); e PCIA (2014). Destarte, a GF adquire uma nova territorialidade, um sentimento de pertença a um espaço no qual se compartilham laços, intercâmbios. A ponte binacional vá ao encontro do sentimento franco-guianense e brasileiro. O papel da migração nessa territorialização permitiu uma tomada de consciência sul-americana para os habitantes da GF, fato que facilita a aproximação entre países devido à implementação de consulados dos países vizinhos e da construção da ponte binacional – que faz parte da IIRSA. Assim sendo, a GF

está cada vez mais reconhecida como interface entre UE, Mercosul e CARICOM.

A migração permitiu um reposicionamento da GF como território amazônico e sul-americano, fato que provocou uma tomada de consciência da situação geográfica da GF. Essa integração física e econômica do caribe e da América do Sul (estradas, ausência de visto) facilitam as migrações para GF. De fato, muitos estudantes que vivem em Vila Vitória (Oiapoque, AP) estão escolarizados no lado francês (GRANGER, 2018) sendo que é obrigação do Estado escolarizar a toda criança, seja regular ou não. Assim, o estudante que tenha bom desempenho pode ser aceito na França – por isso, alguns estudantes brasileiros, que vão estudar na GF, objetivam ter oportunidades para estudar na capital francesa.

Posteriormente, o doutor Marcelo Moura apresentou o tema: “Donos da terra. Soberania territorial e espiritual na região costeira na Guiana” – o culto à deusa *Kali* na Guiana *Kali Mai Puja* é uma vertente do hinduísmo. A narrativa do pesquisador atrelou aos espíritos como donos da terra: na conquista, os ingleses mataram, estupraram e massacraram holandeses que em ocasiões cometeram suicídio e, portanto, tornaram-se mais violentos e vingativos. Devido a sua morte violenta, os espíritos holandeses estão localizados em lugares específicos – como o *Silk Cotton Tree* ou *Dutch tree* (Mahaicony, Guiana) que segundo as lendas não pode ser destruído pelos humanos.

Os espíritos atacam sexualmente às pessoas durante o sono. Espíritos holandeses que são associados a momentos históricos violentos, atrelados à história de violência do capitalismo. A Guiana foi colonizada primeiramente por holandeses, Essequibo, Demerara e Berbice, eram três colônias distintas; em 1803, os britânicos tomaram controle das colônias dos holandeses, e em 1831, essas três colônias foram unificadas, dando origem a Guiana Inglesa (British Guiana). A independência se deu em 1966.

O palestrante comentou que durante sua pesquisa teve a oportunidade de presenciar uma conversa entre José e seu filho, um estado de consciência alterada, devido a que permaneceram bebendo álcool. O filho manifestou que foi possuído por um espírito, o qual reclamou que as pessoas que habitavam na casa não lhe tinham oferecido comida nem bebida, sendo que era um espírito holandês e o verdadeiro dono da terra – poderiam ter-lhe oferecido bebida, cigarros, rum, comida, refrigerantes, galinhas ou qualquer outro alimento. São os espíritos, não os humanos, os verdadeiros donos da terra, e nesses episódios onde o humano perde a consciência, é a divindade ou o espírito que começa a falar. Destarte, fantasmas e mortos fazem parte da vida cotidiana das pessoas nas narrativas e espaços. Uma coabitação com interações humanas e espíritas. As pessoas podem ser

possuídas por questões de posse da terra. Aprender como conviver com eles é importante para aplacar os “espíritos holandeses”. A presença holandesa na Guiana se observa na cultura, na arquitetura e em várias construções do país, os espíritos holandeses estão familiarizados com a paisagem na Guiana. Sua circulação tem poder transformativo, se fundem na vida pública guianesa. As fronteiras entre a posse e não posse, entre o humano e o espiritual, entre o controle e a submissão, entre o real e imaginário não estão dadas.

Pela tarde foram analisados os projetos: do Dr. Francisco Ramallo da Universidade Nacional de Mar del Plata (UNMDP) e Centro de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET) com o tema “Memorias, fronteras y afectos para la (des)composición de la Pedagogia”, com o objetivo de descrever o estado atual da pesquisa dos afetos no campo da Pedagogia Argentina. Posteriormente apresentou Fernanda Vieira da Silva Santos do Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal de São Carlos, com o tema “Diversidade e descolonização do currículo do ensino superior: diálogos Brasil e Estados Unidos” com o intento de apresentar alguns aspectos sobre as relações da população negra ao acesso à educação de nível superior.

Na terça-feira foi o turno da apresentação da doutora Artionka Capiberibe do Departamento de Antropologia – IFCH/UNICAMP, com o tema “O ‘Entre lugar’ da fronteira, os híbridos, a relação e as transformações”. A palestra iniciou com a pergunta: será que nesse mundo globalizado, constituído por diferentes diásporas que vivem encontros com a chamada modernidade, a ideia de limite se sustenta?

Homi Bhabha considera que o desenraizamento e a desterritorialização dos sujeitos que habitam no espaço de fronteiras: “[...] esses entre lugares fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação no ato de definir a própria ideia de identidade” (BHABHA, 1998, p. 20).

Que sujeitos emergem dos entre lugares? Para responder à pergunta, a doutora Capiberibe parafraseia a Bhabha ao comentar que não há configuração cultural prefixada, preestabelecida dentro de uma ordem da tradição; que a tradição é apenas uma forma parcial de identificação; que a ideia de cultura e de identidade comporta movimento, transformabilidade, possibilidade de cindir-se ao mesmo tempo fundir-se, podendo enfim constituir-se em “híbridos”; e que o entre lugar da cultura não é um lugar fixo – seu espaço é do deslocamento e da disjunção, constituindo na ação dos sujeitos, ou na performatividade.

O posicionamento de Bhabha é tanto teórico como político, na visão antropológica

da diversidade cultural, que está conectada ao projeto do neoliberalismo. Produz a ideia da cultura como tradição que não se sustenta com os deslocamentos. As fronteiras são lugar de liminaridade, da articulação das culturas, não de limite.

[...] usei a arquitetura literalmente como referência, usando o sótão, o compartimento da cadeira e o poço da escada para fazer associações entre certas divisões binárias como superior e inferior, céu e inferno. O poço da escada tornou-se um espaço liminar, uma passagem entre as áreas superior e inferior, sendo que cada uma delas recebeu placas referentes ao negro e ao branco (BHABHA, 1998, p. 22).

O entre lugar não é só o local, mas um “tempo de estar além”

A significação mais ampla da condição pós-moderna reside na consciência de que os “limites” epistemológicos daquelas ideias etnocêntricas são também as fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes – mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas (BHABHA, 1998, p. 23-24).

Tomando em conta o texto “O estranho” de Freud, o espaço que se ocupa dentro de um espaço já estabelecido, esses entre lugares são constituídos por suplementações de significação.

Eu tinha de olhar o homem branco nos olhos. Um peso desconhecido me oprimia, no mundo branco o homem de cor encontra dificuldades no desenvolvimento de seu esquema corporal... Eu era atacado por tantãs, canibalismo, deficiência intelectual, fetichismo, deficiências raciais... Transporte-me para bem longe de minha própria presença... O que mais me restava senão uma amputação, uma excisão, uma hemorragia que me manchava todo o corpo de sangue negro (FANON apud BHABHA, 1978, p. 73).

O que é a nação da pessoa híbrida? A nação não é nacionalidade, não é expressão de um povo unitário, “presença visual de Nação é o efeito de uma luta narrativa”, ao mesmo tempo “cisão entre a temporalidade continuísta, cumulativa, do pedagógico e a estratégia repetitiva, recorrente, do performativo. É através deste processo de cisão que a ambivalência conceitual da sociedade moderna se torna lugar de escrever a nação” (BHABHA, 1978, p. 207). Bhabha, nesse sentido, observa como as narrativas constroem a ideia de Nação.

A pesquisa da doutora baseia-se na conversão da tribo Karipuna ao catolicismo acompanhado de rituais xamanistas. O cristianismo evangélico, sendo pró-elitista radical, mediante o processo de aculturação que é a incorporação dos valores do cristianismo aos indígenas. Portanto, no processo de evangelização foram-se criando subdivisões do

catolicismo: por um lado, um catolicismo de base que vai ser transformado, pelo processo de aculturação, em diferentes camadas de sobreposição de religiosidade; e, por outro lado, o xamanismo – como sistema de conhecimento dentro do qual os agentes em ação (humanos e não humanos) se conectam com o cosmos. Porém, a distinção entre natureza e cultura (cartesiana) não opera na cosmologia do xamanismo: os sujeitos se diferenciam pelos seus corpos e as suas aflições, mas existe uma oposição entre o plano espiritual e o plano humano. Para o xamanismo, o ser humano tem um grande poder de transformação – devido à demonização do xamanismo pela igreja evangélica influiu na desaparecimento dos xamãs, mas não do xamanismo, porém, as doenças “dos encantados” não desapareceram –, a doença neste sentido é vista como um corpo fragilizado.

Pela tarde, professora doutora Isadora Lins França, do Departamento de Antropologia – IFCH/UNICAMP, fez a palestra “Gênero, sexualidade: fronteiras, deslocamentos e diferenças”. O objetivo da palestra foi “abordar de maneira articulada a produção de fronteiras, simbólicas e materiais, e processos contemporâneos de produção de diferenças, particularmente aqueles relacionados a gênero e a sexualidade nos seus entrecruzamentos com raça e nação”.

A palestra iniciou com comentários do termo gênero como uma categoria analítica.

[...] o termo "gênero" torna-se uma forma de indicar "construções culturais" - a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. "Gênero" é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 1995, p. 75).

O gênero é uma relação social de poder. Assim, “a política é, antes, o processo pelo qual jogos de poder e saber constituem a identidade e a experiência” (FRANÇA, 2018). E ainda vai além, ao dizer que o “gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder: ou seja, o gênero é um primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (*ibidem*).

O anterior significa que os conceitos ou convenções são estabelecidos como um conjunto objetivo de referências que estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda vida social. Essas referências influem nas relações de poder, por meio do controle ou um acesso diferencial às fontes materiais e simbólicas (FRANÇA, 2018). “As relações de poder entre nações e p status dos sujeitos coloniais tornaram-se compreensíveis (e então legítimos) nos termos das relações entre masculino e feminino” (*ibidem*).

McClintock (2010) considera que a raça, gênero e classe não são distintos reinos da

experiência, que não existem em esplêndido isolamento entre si, nem podem ser simplesmente encaixados retrospectivamente como peças de um Lego. Não, eles existem em relação entre si e através dessa relação, ainda que de modos contraditórios e em conflito (FRANÇA, 2018).

Destarte, “as imagens de espaço nas ciências sociais são notavelmente dependentes das imagens de quebra, ruptura e disjunção [...] a premissa de descontinuidade forma o ponto de partida onde se teoriza tanto, conflito e contradição” (GUPTA; FERGUSON, apud FRANÇA, 2018). Porém, não existe fronteira, nem país, nem espaço isolado; “o isomorfismo entre espaço, lugar e cultura via crítica a identidades homogêneas – esse isomorfismo ocultou com sucesso as topografias do poder” (*ibidem*).

Desde a perspectiva de Doreen Massey (2000), é importante nos desvencilhar dessa concepção espacial e política: olhar para as topografias do poder, o espaço é sempre em construção, está sempre no processo de fazer-se, jamais está acabado, nunca está fechado.

McClintock considera o imperialismo como “violência epistêmica planejada” citando a Spivak, mas também como violência institucional da máquina do Estado [...] projeto pelo qual olhar para o poder não é apenas olhar para as posições de homens e mulheres na arena global do imperialismo, mas para como as categorias de branquidade e negritude (FRANÇA, 2018).

Com base na autora Scott (1995), a pesquisadora explicou que através da história, as feministas têm trabalhado diferentes abordagens na análise do gênero: uma tentativa inteiramente feminista que explica as origens do patriarcado; uma de tradição marxista; e a terceira, fundamentalmente por um lado pós-estruturalista (França) e por outro com base nas teorias anglo-americanas de relação do objeto (*object-relation theories*) para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Na quinta-feira, dia 12 de julho, a professora Isadora França continuou com sua palestra. Inicialmente comentou que as fronteiras não devem ser relegadas ao lugar de periferias invisíveis ou zona de perigo anômala. Porém, no contexto da globalização – que impulsiona a circulação de bens e ao mesmo tempo restringe a circulação de pessoas – as fronteiras externas são produtoras de “pessoas ilegais” com processos de radicalização e violência. Na atualidade se reconhece o status de refugiado com base na orientação sexual e identidade de gênero.

A categoria “refugiado” emerge no momento histórico do pós-Segunda Guerra enquanto “categoria social específica e problema legal de dimensões globais” (MALKKI, 1995, p. 498). O marco legal é a assinatura da Convenção de Genebra, de 1951, definindo que a qualidade de “refugiado” pode ser reconhecida à pessoa que, em função do temor de perseguição por motivos de

raça, religião, nacionalidade, pertencimento a um grupo social específico ou opiniões políticas, encontra-se fora do país de sua nacionalidade e por isso não quer valer-se da proteção desse país ou a ele não pode ou não quer voltar (FRANÇA, 2017, p. 9).

A maior parte dos refugiados está fora dos EUA e Europa, para Fassin (2012), o campo de refugiados é modelo no Sul, a discussão das situações caso a caso é modelo do Norte. Assim, ao olhar de perto, vemos essas duas formas articuladas, mas o paradoxo do tratamento em massa conjugado ao escrutínio caso a caso é interessante para pensar em estratégias de governos dos corpos e populações. Paradoxo entre a não repressão sobre os empregadores de migrantes em condições precárias e a repressão dos indivíduos migrantes (FRANÇA, 2018), o que ajuda a pensar em como se constrói a própria figura do refugiado. Essa construção cria as diferentes estruturas de detenção – campos de refugiados, salas de espera de aeroportos, centros de detenção de migrantes e cadeias; e influi nas estratégias de regulação e repressão deslocadas para fronteiras – como o caso de México ou Turquia.

A pesquisa da professora leva o título de “Refugiados LGBTI e democracias sexuais: categorias e deslocamentos”, objetivando compreender como solicitantes, refugiados e migrantes são interpelados por essa categoria nos contextos nacionais em Espanha e Brasil.

O modo como a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 são incorporados nas políticas de refúgio passa também por contextos e articulações regionais e nacionais, num emaranhado de documentos que se adensa a partir de determinados nós. De modo mais geral, contudo, ambos seguem como a base mais ampla à qual se referem outras normas e diretrizes que estabelecem, desde os anos 1990, mulheres e “LGBTI” como grupos sociais específicos a serem particularmente protegidos (FRANÇA, 2017, p. 10).

A categoria de refugiado LGBTI⁴ surge no campo do direito, relacionando refúgio ao gênero e sexualidade e sua emergência – da categoria – implica a possibilidade de incorporação de gênero e sexualidade como base para solicitações de refúgio a partir dos anos 2000. Nas solicitações existem abusos e diferentes tipos de violência que “são comuns às solicitações LGBTI, destacando o estupro como forma de tortura e violação da dignidade humana [...] são qualificadas como ‘tortura’ as ações para mudar a orientação sexual ou identidade de gênero de um indivíduo mediante coerção” (FRANÇA, 2017, p. 11). A categoria perseguição articula gênero, sexualidade e violência, já que é possível considerar que ele abrange graves violações de direitos humanos, ameaças à vida e à liberdade e outras problemáticas (FRANÇA, 2018).

⁴ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexo.

No turno da tarde foi apresentada a palestra conjunta da doutora Denise Machado Cardoso (UFPA) e do doutor Valdemir Zamparoni (UFBA). Inicialmente a doutora Cardoso, com a palestra “África, América Amazônica e suas fronteiras: reflexões” objetivou debruçar sobre os processos históricos de estabelecimento de fronteiras na África e América Amazônica a partir de uma perspectiva comparativa; assim como, discutir as lógicas ocidentais e as percepções de alguns povos africanos, indígenas e demais populações da América Amazônica acerca do significado que atribuem e como manejam com as fronteiras nacionais.

A palestrante comentou que a Amazônia é uma região que desperta interesse e curiosidade acadêmica desde tempos remotos devido a sua diversidade biológica, geomorfológica e sociocultural. Com os contatos de povos autóctones com outros provenientes de diferentes partes do planeta, o que explica o crescente interesse das corporações capitalistas (CARDOSO; ZAMPARONI, 2018).

As narrativas influem na percepção da região, num imaginário Europeu com a imagem das mulheres amazonas, guerreiras, seminuas, de cabelos compridos. Imagens que vão permanecer nas viagens da época, porém, as marcas a partir das pinturas corporais são de fato uma indumentária, as pessoas não andam nuas na Amazônia. A interpretação sobre o vestiário indígena foi limitado devido a que toda marca corporal indígena tem sua identidade.



Figura 2 – Conquista do Amazonas 1907. Antonio Parreiras.
Fonte: Wikimedia.

Não existe uma única Amazônia. Deve ser analisada desde suas respectivas complexidades e contextos. Não existe uma só forma de delimitação ou demarcação, dependerá das referências e contextos, como, por exemplo, as análises macro e micro.

Envolto pelo contexto da globalização, das reformas liberais e da estruturação dos blocos econômicos, o plano Brasil em Ação, assim como o Avança Brasil (2000-2003) que o sucedeu, buscava, no âmbito da economia internacional, assegurar a inserção competitiva do país por via da modernização produtiva (SUPERTI, 2011, p. 309).

As políticas públicas na Amazônia estão voltadas aos interesses capitalistas, das grandes corporações. Ainda permanece um modelo análogo à escravidão, onde os direitos laborais estão influenciados pelos interesses macroeconômicos. Devido a pouca representatividade da população brasileira no governo federal e nas câmaras de deputados e senadores – produto de uma educação política que inibe a participação – poucas mulheres, negros, indígenas estão presentes na tomada de decisões. Porém é importante criar políticas públicas que criem opções e uma representatividade no congresso, objetivando uma arena de confrontação que crie as mudanças necessárias no sentido de políticas *down-up*.

Com a lógica de colonização ainda presente nos dias atuais, os povos que habitam a Amazônia vão sendo cada vez mais silenciados e explorados de maneira violenta naquilo que se refere aos direitos sobre seus territórios, conseqüentemente, sobre suas culturas. Muitos desses grupos humanos sentem os impactos dos Grandes Projetos, das políticas desastrosas para os que vivem há tempos na Amazônia. Embora haja mobilizações em prol da defesa de garantia de direitos, nota-se que o avanço de grupos hegemônicos é cada vez mais presente (CARDOSO; ZAMPARONI, 2018).

Na sexta-feira, o doutor Zamparoni continuou a palestra do dia anterior, abordando o tema “América Amazônica e África: imaginário e aspectos socioambientais”. O professor comentou que na sua pesquisa utilizou textos da doutora Isabel Henriques devido a que escreve de maneira excelente sobre o tema em questão, evitando esse “servilismo patológico à produção americana em detrimento da produção nacional” (ZAMPARONI, 2018).

As referências da África, como um todo homogêneo, é a primeira fronteira a ser ultrapassada – se pensa no mundial da África como um todo e não em específico no país denominado Sul África: um conjunto de estereótipos sobre o continente africano, narrativas que influem na percepção social do continente: como o uso contraditório entre língua e dialeto; entre seres humanos e primitivos; entre “eles” e “nós”. Porém, África é formada por seres humanos em igualdade de direito, reconhecendo as suas capacidades. As fronteiras africanas não são nem étnica nem linguisticamente homogêneas. São povos pluriétnicos e plurilinguísticos.

África é formada por 54 países e 109 fronteiras internacionais – muitas delas linhas retas. Porém, muitas fronteiras internacionais estão formadas por rios, que é uma

reminiscência da projeção dos castelos europeus que geralmente são rodeados por água para a sua proteção.

Contudo, as fronteiras de alguns povos africanos eram as florestas e rios – não era uma relação lineal. O doutor citou o exemplo dos Macondes⁵ que têm um rito de iniciação, como demarcadores de territórios: os iniciados se deitam no chão e fazem um círculo com os pés, no meio do qual plantam uma árvore que representa a união de todos eles, sem importar sua relação familiar, tornando-os irmãos de comunidade.



Figura 3 – Rito de iniciação maconde na Tanzânia.
Fonte: Wikimedia.

Na prática, as fronteiras estabelecidas pelo poder colonial criaram realidades distintas que foram adaptadas e “digeridas” pelos povos africanos. Um mito é que as etnias africanas são o alicerce das confrontações entre nações. Nesse sentido, em ocasiões existem relatos que alguns povos não deixaram transitar nos seus territórios as pessoas estrangeiras, devido à morte de um potentado regional que protegia a espiritualidade do lugar, nesse sentido impedir a entrada dos estrangeiros era para defender seu território ao estar desprotegido espiritualmente.

Os países colonizadores como França promoveram uma balcanização da região. Ao tempo que existia um movimento que objetivava uma África unida com um parlamento e moeda única, porém contrária aos interesses coloniais.

Quase todos os povos tinham o denominado “passe” que era um documento para a mobilidade dos nativos da região. Inclusive, tinha narrativas que consideravam aos negros como “portadores de doenças” como a malária. Criando, destarte, zonas de fronteiras entre brancos e negros, estes podendo ultrapassar durante o dia a fronteira para trabalhar, mas

⁵ Grupo étnico Bantu do sudeste da Tanzânia, nordeste de Moçambique, e com presença no Quênia.

sendo impedidos de permanecer durante a noite.

No contexto africano, o sagrado está na terra – ao contrário dos europeus que consideram o sagrado no céu. Destarte, algumas árvores são consideradas sagradas, ao estarem com raízes que combinam a água, a terra e aos espíritos. Qualquer doença que afeta as plantas requer da intervenção do sagrado para reestabelecer a ordem

O panteão africano não está associado ao céu, como se verifica nos mitos pagãos ou cristãos do Mediterrâneo: pelo contrário, os espíritos estão instalados nos espaços acessíveis aos homens, nas águas, mas sobretudo na terra, debaixo dos pés dos vivos. Foi por essa razão, de resto, que as sociedades africanas impediram durante séculos que os africanos utilizassem calçado, pois que tal situação impedia o contato entre os homens e os espíritos (HENRIQUES, 2003b, p. 160).

A organização do espaço africano segue a lógica do arranjo espiritual. As mudanças de território

Retenhamos, contudo, uma frase central do autor no que se refere à intervenção dos espíritos: "há sempre toda a atenção com os "ídeos", com receio de que estes possam fazer mal aos moradores da nova localidade, mesmo durante a construção". Por aqui se vê o estatuto ambíguo dos espíritos, quer dizer dos "ídeos", que tanto podem proteger, como são capazes de agredir. Neste caso, a situação depende da maneira como são organizadas as relações com os espíritos, tarefa que não pode ser descurada por nenhum africano (HENRIQUES, 2003b, p. 167).

Existem rituais africanos para mudar de local de residência devido que as fronteiras e as estradas são marcadas pelos controles dos espíritos – podem ser plantadas estacas como marcadores de território devido à influência do sagrado. Um exemplo disto são os objetos sagrados que são esculpidos em madeira – para os macondes representam os espíritos devido que, segundo sua cosmologia, eles nasceram do ébano – “preto como nós” – destarte, o escultor recria uma obra divina. Nesse sentido,

[...] as formas de religiosidade ancestrais não se esgotaram: hoje ainda responsáveis políticos africanos consultam os espíritos. Se não o fazem de dia, não hesitam em fazê-lo durante a noite. As decisões políticas a tomar assim o exigem. Diurnas ou noturnas, as forças dos espíritos continuam a impor as suas formas de ver e de gerir o mundo (HENRIQUES, 2003b, p. 169).

Pela tarde, foi a palestra de Marjo de Theije, da Universidade de Amsterdam com o título de “ Migração, garimpo e fronteiras nas Guianas desde 1900” objetivando analisar o ouro como uma importante força motriz das migrações nas Guianas. A apresentação da pesquisadora iniciou com um exame da posição histórica da mineração de ouro na

formação das fronteiras políticas no século XIX. Desde a procura do “El Dorado” esse metal tem se tornado muito importante na região das Guianas. O achado de outro fez necessária à fixação de fronteiras como entre GF e Brasil e outros limites na região.

Como consequência, houve uma grande mobilidade de pessoas pelas fronteiras:

The frontiers between nations and people are fluctuating and porous in the northern Amazon region. The indigenous citizens of Suriname regularly traverse the forests on foot to visit relatives in Brazil. Meanwhile Maroons crisscross the rivers between Suriname and French Guiana on a daily basis to work, meet family, or enjoy an evening of drinking and dancing on the other side. Passports, visas, foreign currency, and languages seem superfluous to local people who consider large stretches of these borderlands as their traditional customary lands where they are at home, regardless of the nation states claiming the area. In addition to locals, numerous Brazilian gold miners or garimpeiros cross these same porous borders either walking, or by boat or plane (DE THEIJE; HEEMSKERK, 2009, p. 5).

A mobilidade do ouro e dos mineiros na região amazônica incentivaram as práticas comerciais nas Guianas atuais. As fronteiras tornam-se ‘atores’ na vida social e econômica dos países envolvidos (DE THEIJE, 2018).

Literature on mining frontiers in the Amazon describes the rapid social change taking place as a result of migration to mining areas and the resulting emergence of something like a typical mining culture in the camps and towns (Cleary 1990; Heemskerk 2000, 2003; Laretta 2002; MacMillan 1995; Rodrigues 1994). Such mining cultures evolve around reasoning, rules and procedures that are consciously or unconsciously being developed to establish social relations and modes of social integration (DE THEIJE; HEEMSKERK, 2009, p. 7).

Para entender essa dinâmica transfronteiriça relacionada ao garimpo, importante observar as diferenças econômicas entre os países e as políticas em relação à exploração do garimpo, que diferem nos países da região.

A pesquisa da doutora de Theije objetivou conhecer como podem sobreviver os garimpos na atual condição política e social dos países que proíbem a exploração do ouro da região. A metodologia utilizada seguiu as rotas do ouro, mas, devido à impossibilidade de entrar aos garimpos clandestinos – com a possibilidade de evidenciar esses lugares à polícia; e a dificuldade de pesquisar com a participação da polícia – o que evitaria que as pessoas falassem abertamente. Destarte, a solução foi fazer a pesquisa na fronteira Franco-Brasileira.

Um dos achados da pesquisa foram os valores das mercadorias na região que são feitas em gramas de ouro, o que faz que a ilegalidade seja atraente para a migração de pessoas à GF e Suriname. Valores de produtos que podem fazer que uma sacola de arroz de 10 quilogramas possa ter um valor de 100 euros (400 reais) – a grama de ouro está aproximadamente cotizada em trinta euros, sendo que o comércio geralmente se faz em

euros e em gramas de ouro. Destarte, se a polícia não chegar, as pessoas podem enriquecer muito rápido nesses lugares – se a *gendarmérie* francesa chegar, eles destroem todas as mercadorias, o que faz com que em ocasiões as pessoas tenham que ficar na GF para recuperar as inversões, porque não têm como voltar a seu país de origem.

Como conclusão da apresentação, as diferenças econômicas entre países influem na porosidade fronteiriça da região, criando as condições que motivam a mobilidade de pessoas na procura de dinheiro e melhores condições de vida.

No último dia do evento, a doutora-pesquisadora Marjo de Theije continuou as suas apresentações com a palestra “Brasileiros e maroons no Suriname e Guiana Francesa: garimpo numa região fronteiriça”. Na palestra da tarde, o doutor Handerson Joseph do Programa de Pós-graduação em Estudos de Fronteira, UNIFAP, Programme de Master en Anthropologie Sociale, Université d’État d’Haïti/UEH com o tema “Peyi blan, blan. Circulações, territórios e fronteiras”, que procurou responder às seguintes perguntas: como os haitianos encaram a vida nos países estrangeiros? O que pensam desses lugares? Como os contrastam com a vida no Haiti ou em outros locais que eles imaginam como possíveis destinos, ou pelos quais já passaram ou onde têm familiares e amigos? Destarte, objetivando compreender o universo social dos sujeitos nesses espaços (trans)nacionais diversificados.

Adicionalmente apresentaram-se três palestras no *campus* da Universidade Estadual de Amapá (UEAP) e no anfiteatro da UNIFAP, abertas ao público em geral, os palestrantes foram: Jack Menke, Bela Feldman-Bianco e João Manuel de Oliveira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomando em conta a ideia introdutória que Homi Bhabha utiliza no primeiro capítulo do seu livro “Locais da Cultura”: “uma fronteira não é o ponto onde algo termina, mas, como os gregos reconheceram, a fronteira é o ponto a partir do qual algo começa a se fazer presente” (HEIDEGGER, apud BHABHA, 1998, p. 19). As fronteiras podem ser analisadas desde diferentes perspectivas – política, territorial, étnica, linguística, de gênero ou de orientação sexual – e não devem só estar atreladas ao conceito “limite” enquanto construções sociais.

O Estado-nação pode ser impiedoso com as populações de fronteira que colocam em xeque a sua permanência histórica. Um exemplo é a mobilidade LGBTI, que deve ser incorporada na análise das migrações – enquanto as narrativas para descrever a mobilidade

tradicional geralmente observam os migrantes como heterossexuais pertencentes a famílias também heterossexuais.

Outra categoria que coloca em risco as narrativas tradicionais Estado-nação são os refugiados, cuja dinâmica, desde o ponto de vista de Fassin (2012), pode ser analisada desde duas perspectivas: o modelo ‘Sul’ ou campo de refugiados e o modelo ‘Norte’ que discute as situações caso a caso. O tratamento em massa conjugado ao escrutínio caso a caso constroem a figura do refugiado e influem nas estratégias de governos – diferenciação que cria as diferentes estruturas de detenção e influem nas estratégias de regulação e repressão deslocadas para fronteiras.

Finalmente, a fronteira fixa, atrelada numa noção Weberiana, é também colocada em xeque ao ser analisada desde a perspectiva de certas religiões. Kopytoff (1989) assinala que é importante incluir a percepção da fronteira entre os vivos e os mortos, os quais se fazem presentes no cotidiano das sociedades. Um exemplo é Moçambique, onde a influência dos ancestrais e das crenças sobre os mortos teve um papel fundamental na construção do seu processo da paz – a presença dos ancestrais, neste contexto, é ativa e se interpenetra com a realidade. Os habitantes da África podem não reconhecer as fronteiras como limite, sendo que seus ancestrais avançam, cruzam e as traspassam. Desta maneira, a Europa pode ser repensada como uma fronteira africana, o que *per se* é um grande desafio.

Provocação que está baseada na diferença de valor da terra entre europeus e africanos. Para esses, a terra possui um valor de troca; para estes está influenciada pela mediação dos espíritos – o valor de troca opõe-se neste caso de maneira violenta ao valor de uso social e simbólico (HENRIQUES, 2003b, p. 5); a relação entre a água, as plantas e os espíritos permitem compreender o valor da terra para os africanos; à vista disso, ao ultrapassar as fronteiras, observando a presença dos espíritos, devem ser respeitadas as regras de controle do grupo que ocupa o território, devido a que os ancestrais são capazes de castigar àqueles que não os respeitem (HENRIQUES, 2003a).

REFERÊNCIAS

BHABHA, Homi. 2001. “Introdução: locais da Cultura”, “2. Interrogando a Identidade: Franz Fanon e a Prerrogativa Pós-Colonial” e “8. Disseminação: O Tempo, a Narrativa e as Margens da Nação Moderna”. In: _____. **O local da Cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 19-42; p. 70-104; p. 198-238.

CARDOSO, Denise; ZAMPARONI, Valdemir. África, América Amazônica e suas fronteiras: reflexões. In: FÁBRICA DE IDEIAS, 19., 2018, Macapá. **Palestra...** Macapá: UNIFAP, 2018.

ASSIN, D. **Humanitarian Reason: A Moral History of the Present**. Berkeley, University of California Press, 2012.

DE THEIJE, Marjo; HEEMSKERK, Marieke. Moving frontiers in the Amazon. Brazilian small-scale gold miners in Suriname. **European Review of Latin American and Caribbean Studies**, n. 87, p. 05-25, 2009.

DE THEIJE, Marjo. **Migração, garimpo e fronteiras nas Guianas desde 1900**. In: FÁBRICA DE IDEIAS, 19., 2018, Macapá. Palestra... Macapá: UNIFAP, 2018.

FRANÇA, Isadora Lins. Refugiados LGBTI: direitos e narrativas entrecruzando gênero, sexualidade e violência. **Cad. Pagu, Campinas**, n. 50, e17506, 2017.

FRANÇA, Isadora. **Gênero, sexualidade: Fronteiras, deslocamentos e diferenças**. In: FÁBRICA DE IDEIAS, 19., 2018, Macapá. **Palestra...** Macapá: UNIFAP, 2018.

FOUCK **Mobilités, ethnicités, diversité culturelle: la Guyane entre Surinam et Brésil**. Eléments de compréhension de la situation guyanaise. In: IBIS ROUGE ÉDITIONS Matoury, Guyane, 2016.

FOUCHER, Michel. **Fronts et frontières: un tour du monde géopolitique**. Paris: Fayad, 1988.

GRANGER, Stéphane. O contestado franco-brasileiro: desafios e consequências de um conflito esquecido entre a França e o Brasil na Amazônia. **Revista Cantareira**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 21-39, 2012.

GRANGER, Stéphane. **Entre interface e continentalização, a situação migratória na Guiana francesa**. In: FÁBRICA DE IDEIAS, 19., 2018, Macapá. **Palestra...** Macapá: UNIFAP, 2018.

HENRIQUES, Isabel Castro. **Território e identidade - O desmantelamento da terra africana e a construção da Angola colonial (c. 1872-c. 1926)**. 2003a. Texto Inédito, apresentado para obtenção do título de professora agregada. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2003a.

HENRIQUES, Isabel Castro. **O pássaro do mel - estudos de História africana**. Lisboa: Colibri, 2003b.

KOPYTOFF, Igor 1989. The Internal African Frontier. The Making of African Political Culture. In: KOPYTOFF, Igor. **The African Frontier**. The Reproduction of Traditional African Societies. Indianapolis: Indiana University Press, 1989. p. 03-86.

MAM LAM FOUCK, Serge. **Histoire générale de la Guyane française**. Les grands problèmes guyanais : permanence et évolution. Matoury, Guiana Francesa: Ibis Rouge, 1996.

THEIJE, Marjo de; LUNING, Sabine. **Small-scale mining and cross-border movements of gold from French Guiana**. In: COLLOMB, Gérard; MAM LAM, Serge. p. 141-159.

MASSEY, Doreen. **Um sentido global do lugar**. 2000.

McCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MENKE Jack Kenneth, Mobility of Maroon People between Suriname and French Guyana: The Challenge of Assimilation, Autonomy and Diversity. In: COLLOMB; MAM LAM FOUCK. **Mobilités, ethnicités, diversité culturelle**: la Guyane entre Surinam et Brésil. Eléments de compréhension de la situation guyanaise. IBIS ROUGE ÉDITIONS, Matoury, Guyane, 2016. p. 71-98.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SUPERTI, Eliane. Políticas públicas e integração sul-americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, v. 14, n. 2, p. 303-320. 2011.

ZAMPARONI, Valdemir. Palestra **América Amazônica e África: imaginário e aspectos socioambientais**. In: FÁBRICA DE IDEIAS, 19., 2018, Macapá. **Palestra...** Macapá: UNIFAP, 2018.